



Demonstrações financeiras

XP Comercializadora de
Energia S.A.

31 de dezembro de 2021



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas adotadas no Brasil.

GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

O gerenciamento de riscos é exercido de modo integrado e independente, por meio de formalização de políticas, procedimentos e metodologia, consistentes com a tolerância a risco e com a estratégia de negócio e onde são monitorados os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito, operacional e subscrição.

Tais processos de gerenciamento de riscos estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade dos negócios.

POLÍTICAS DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, apurado em cada encerramento de exercício.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2021, consultado o acionista controlador, a Administração não irá propor à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendos.

São Paulo, 23 de março de 2022.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
XP Comercializadora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da XP Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 4 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

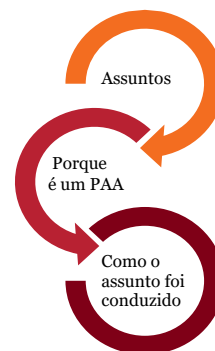
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da XP Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 4 de maio (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





XP Comercializadora de Energia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Contratos de comercialização de energia - contrato futuro (Notas 3 (a) e 6)</p> <p>A Companhia possui contratos de comercialização de energia que compreende posições "forward", geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda.</p> <p>Esses contratos de energia futuros são mensurados ao valor justo, considerando cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam ou pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.</p> <p>Considerando a relevância desses contratos no contexto das demonstrações financeiras da Companhia, essa área foi considerada como foco de nossa auditoria.</p>	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento do processo estabelecido pela Companhia para o reconhecimento e mensuração ao valor justo dos contratos de comercialização de energia - contrato futuro.</p> <p>Efetuamos testes quanto a existência dessas operações por meio do confronto das informações em aberto com os respectivos contratos das operações, assim como efetuamos testes das operações liquidadas por meio da inspeção do contrato e extrato de liquidação obtido em fonte externa (CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).</p> <p>Com o apoio de nossos especialistas de precificação, analisamos a metodologia da administração para mensuração desses instrumentos financeiros e efetuamos o cálculo do valor a mercado e provisionamento das operações selecionadas.</p> <p>Desta forma, nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes de auditoria no contexto das demonstrações financeiras da Companhia.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles



XP Comercializadora de Energia S.A.

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



XP Comercializadora de Energia S.A.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Signed By: TATIANA FERNANDES KAGOHARA GUEORGUIEV.24975821818
CPF: 24975821818
Signing Time: 23 de março de 2022 | 16:30 BRT


Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

Ativo	Nota	2021	Passivo	Nota	2021
Circulante		213.192	Circulante		115.655
Disponibilidades		7.230	Instrumentos financeiros passivos		115.631
Instrumentos financeiros ativos		38.850	Valor justo por meio do resultado		115.631
Valor justo por meio do resultado		3.503	Fornecedores	8	33.023
Títulos e valores mobiliários	4	3.503	Instrumentos de financiamento	9	82.608
Avaliados ao custo amortizado		35.347	Outros passivos		24
Rendas a receber	6	35.347	Obrigações sociais e estatutárias		9
Outros ativos		167.113	Obrigações fiscais e previdenciárias		15
Impostos e contribuições a compensar		2.108	Não circulante		228.989
Adiantamento a fornecedores	7	165.005	Valor justo por meio do resultado		226.866
Não circulante		161.125	Contratos de comercialização de energia	5	136.187
Valor justo por meio do resultado		160.958	Instrumentos de financiamento	9	90.679
Contratos de comercialização de energia	5	160.958	Passivo fiscal diferido		2.123
Imobilizado de uso		167	Total do passivo		344.644
Total do ativo		374.317	Patrimônio líquido atribuível aos controladores	10	29.673
			Capital social		30.000
			Prejuízos acumulados		(327)
			Total do passivo e Patrimônio líquido		374.317

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Para o período de 04 de maio a 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021
Receita líquida operacional		
Receita com comercialização de energia	11	60.884
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	11	22.910
Total da receita líquida		83.794
Custos operacionais	12	(80.485)
Resultado bruto da operação		3.309
Despesas com vendas		(2)
Despesas administrativas	13	(515)
Despesas de juros	9	(3.287)
Lucro antes dos impostos		(495)
Imposto de renda e contribuição social		168
Lucro líquido/(prejuízo) do período		(327)
		2021
Prejuízo do período		(327)
Resultado abrangente		-
Total do Resultado Abrangente		(327)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

XP Comercializadora de Energia S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Capital social	Lucro líquido/(prejuízo) do período	Total
Saldos em 04 de maio de 2021	-	-	-
Integralização do capital social (Nota 10)	30.000	-	30.000
Prejuízos acumulados	-	(327)	(327)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	30.000	(327)	29.673

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Para o período de 04 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(327)
Ajustes ao lucro líquido/(prejuízo)	
Amortizações	33
Provisão de juros	3.287
Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	2.993
Variação dos ativos e passivos operacionais	
Contratos de comercialização de energia	(24.772)
Rendas a receber	(35.347)
Adiantamento à fornecedores	(165.005)
Fornecedores	33.023
Obrigações sociais e estatutárias	9
Obrigações fiscais e previdenciárias	30
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(189.067)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Aquisições de imobilizado	(200)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(200)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Aumento de capital	30.000
Emissão de debêntures	90.000
Emissão de notas promissórias	80.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	200.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	10.733
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.733
Disponibilidades	7.230
Certificado de depósito bancário	3.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A XP Comercializadora de Energia S.A., anteriormente denominada Solis Comercializadora de Energia Ltda ("Companhia" ou "XP Energia") foi constituída em 04 de maio de 2021 e tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1909, Torre Sul, 29º andar (parte), CEP 04543-010.

A XP Energia atua no comércio atacadista de energia elétrica, mediante corretagem, representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação, prestação de serviço de intermediação entre compradores e vendedores de energia elétrica, desenvolvimento de produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes de mercado, representação de agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou, no caso de sua extinção, junto à entidade que vier a substituí-la, para os processos de adesão, modelagem, registro e medição; e na realização de leilões de compra e venda para consumidores finais, geradores e comercializadores de energia elétrica.

A XP Energia é controlada direta pela XP Investimentos S.A., que detém 100% de participação em seu capital total e indiretamente controlado da XP Inc., a qual possui basicamente como acionistas a XP Controle e XP Control.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2022.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas em bases comparativas uma vez que a Companhia iniciou suas operações no ano de 2021.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, e estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes.

(d) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas que não são obrigatórias para o período de relatório de 31 de dezembro de 2021 e não foram adotadas antecipadamente. Não se espera que essas normas tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Instrumentos financeiros ativos e passivos

A Companhia classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros, como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento e mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Os ativos financeiros ao VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no exercício em que ocorrem. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado.

Havendo ativos financeiros avaliados ao VJORA, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas nos resultados abrangentes e acumuladas na reserva de valor justo.

As variações no valor justo de títulos monetários classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como ao VJORA são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas ou despesas financeiras".

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente pelo método da taxa efetiva de juros ("EIR") e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou desvalorizado. A entidade reclassifica os ativos financeiros somente quando altera seu modelo de negócios para o gerenciamento desses ativos financeiros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A Companhia *desreconhece* um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também *desreconhece* um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Impairment de ativos financeiros

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("ECLs") para todos os instrumentos de dívida não classificados em VJR. Os ECLs baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma aproximação de taxa de juros efetiva original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Em cada data de balanço, a companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado pelo uso de técnicas de mensuração. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (em base de mercado); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de mensuração, conforme Nota 5.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

Instrumentos financeiros (contratos futuros de comercialização de energia)

A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia, tratado na nota (j). Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições "forward", geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra, realizando a venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade.

A marcação a mercado é feita diariamente, utilizando como base o BBCE e a Dcide, os preços dos produtos serão correspondentes a média ponderada por volume da última hora do dia; sendo utilizados os preços dos produtos mensais; trimestrais, semestrais ou anuais, considerando a existência de liquidez para o menor destes prazos. Para os produtos de baixa liquidez na BBCE será utilizado a curva da Dcide. Esses preços serão mantidos até negociações serem realizadas na BBCE com volumes superiores a 1MWh ou até a publicação da nova curva da Dcide.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

A administração avalia que estes instrumentos financeiros se enquadram no Nível 2, visto que o valor justo destes instrumentos financeiros é determinado utilizando técnicas de avaliação onde todos os dados significativos exigidos para sua valorização são observáveis direta ou indiretamente.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor, bem como que sejam mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

As operações são consideradas de curto prazo quando possuem vencimentos em três meses ou menos a contar da data da aquisição e/ou possuem liquidez imediata.

(c) Rendas a receber

As contas a receber decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar aos consumidores livres no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

(d) Adiantamento à fornecedores

Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem pagamentos antecipados referente aos contratos futuros de energia, ou seja, as antecipações de contrato de aquisição de energia elétrica que servirão de lastro a operações futuras de venda de energia.

(e) Imposto de renda e contribuição social

A XP Energia, apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízo fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável.

(f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são substancialmente obrigações a pagar por compra de energia faturada e a faturar e que foram adquiridas no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, devido ao curto prazo médio de pagamento, são apresentadas ao valor do efetivo faturamento.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(g) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(h) Instrumentos de financiamento

Os títulos de dívida classificados como Instrumentos de financiamento são compostos por Debêntures e Notas Promissórias e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e, posteriormente, transportados a custo amortizado. Quaisquer diferenças entre os rendimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar são reconhecidas em lucro ou perda durante o período dos empréstimos utilizando o método de taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em conta qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante do EIR. A amortização do EIR é incluída como despesa de juros sobre a dívida na demonstração do resultado.

(i) Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

(j) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos recursos.

(k) Resultado por Ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação. A Companhia não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

(l) Reconhecimento da receita

(i) Receita de contratos com clientes – Contratos de comercialização de energia

A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflète a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços.

A Companhia aplica os seguintes cinco passos: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de execução no contrato; iii) determinação do preço de transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento de receita quando ou conforme a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente remetidos às autoridades governamentais.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Títulos e valores mobiliários

<u>Modalidade</u>	<u>2021</u>
Certificado de depósito bancário	3.503
Total	3.503
Circulante	-
Não circulante	3.503

Em 31 de dezembro de 2021, certificados de depósitos bancários no valor de R\$ 3.503 estão sendo apresentados como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Contratos de comercialização de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, é de R\$ 24.770, conforme demonstrado abaixo:

Comercialização de energia	2021
Marcação a mercado dos contratos de compras	160.957
Marcação a mercado dos contratos de vendas	(136.187)
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros	24.770

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2021.

6. Rendas a receber

	2021
Faturadas	-
Não faturadas	35.347
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	-
Total	35.347

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2021
Saldo a vencer	35.347
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-
Total	35.347

(i) A Companhia não tem histórico de perdas ou atrasos com recebíveis em decorrência das características do mercado regulado em que atua, sendo assim a administração entende não haver a necessidade de constituição de provisão para perdas com seus recebíveis.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, os adiantamentos a fornecedores se referem às antecipações de contrato de aquisição de energia elétrica que servirá de lastro a operações futuras de venda de energia.

	2021
Adiantamento a fornecedores	165.005
Total	165.005

8. Fornecedores

	2021
Fornecedores - Suprimento de Energia	-
Fornecedores - Suprimento de Energia a faturar (*)	33.023
Total	33.023

(*) Composto por provisões para compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreu até 31 de dezembro e o pagamento da fatura ocorreu no mês subsequente.

9. Instrumentos de financiamento

O saldo total é composto pelas seguintes emissões próprias:

		Até 1 ano	De 1 até 5 anos	2021
				Total
Nota Promissória (i)	Taxa Fixa / Taxa Variável	82.608	-	82.608
Debêntures (ii)	Taxa Fixa / Taxa variável	-	90.679	90.679
Total		82.608	90.679	173.287
Circulante				82.608
Não Circulante				90.679

(i) Notas Promissórias

Em 9 de setembro de 2021, a XP Energia emitiu a primeira nota promissória com o objetivo de financiar o capital de giro da empresa e os investimentos em tesouraria relacionados ao negócio de comercialização de energia elétrica no atacado. O valor do principal é devido e pago na data de vencimento em 04 setembro de 2022, e a taxa de juros é o CDI + 3,5% taxa pré-fixada. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total é de R\$ 82.608, que é detido por entidades do Grupo XP.

(ii) Debêntures

Em 8 de dezembro de 2021, a XP Energia emitiu Debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$ 90.000. A série de Debêntures tem limite máximo de emissão autorizado de até R\$ 1.500.000. O objetivo é financiar o capital de giro e os investimentos de tesouraria relacionados ao negócio de comércio atacadista de eletricidade. O valor do principal é devido e será pago na data de vencimento de 8 de dezembro de 2023. A taxa de juros é CDI+2,5% pré-fixada pagável anualmente. Em 31 de dezembro de 2021 o valor total é de R\$ 90.679, que é detido por entidades do Grupo XP.

Em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido R\$ 3.287 referente a despesas financeiras das emissões.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 30.000, dividido em 30.000.000 ações, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 04 de maio de 2021, os acionistas, no ato contínuo da aquisição da XP Energia, aprovaram o aumento de capital da Sociedade, no montante de R\$ 29.000, com a emissão de 29.000.000 quotas, mediante integralização de capital.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do Lucro Líquido apurado no balanço individual da XP Energia.

A reserva estatutária para investimento e expansão é constituída pelo saldo remanescente do Lucro Líquido apurado no balanço, após as destinações legais e tem por objetivo assegurar recursos para investimentos. Esta reserva não poderá ultrapassar o capital social.

(c) Distribuição de dividendos

É assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do Lucro Líquido do exercício após as destinações específicas.

O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado.

Em 31 de dezembro de 2021, não houve lucro a ser distribuído.

11. Receita Líquida

	2021
Receita de comercialização de energia	67.090
(-) Impostos sobre a comercialização	(6.206)
Receita operacional líquida	60.884
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado	25.225
(-) Impostos sobre instrumentos financeiros	(2.315)
Resultado de instrumentos financeiros a valor justo	22.910

12. Custos e despesas por natureza

	2021
Custos Operacionais	
Custo da energia comercializada	66.108
Custos Provisionados	22.425
Outros custos	141
Impostos sobre custos de mercadorias	(8.189)
Total do custo da mercadoria comercializada	80.485

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2021
Despesas administrativas	
Despesas de pessoal	(291)
Serviços de terceiros	(152)
Despesas de amortização	(33)
Outras despesas administrativas	(39)
Total das despesas administrativas	(515)

13. Gerenciamento de Riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da XP Energia. A Gestão de Riscos está estruturada de forma totalmente independente das áreas de negócio, reportando-se diretamente à alta administração, para garantir isenção de conflito de interesse e uma segregação de funções adequada às boas práticas de governança corporativa e de mercado.

As políticas de gerenciamento de riscos da XP Energia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados periodicamente para refletir as mudanças nas condições de mercado e nas atividades da XP Energia. A XP Energia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Tais processos de gerenciamento de risco estão, ainda, associados aos processos de gestão de continuidade de negócios, principalmente no que tange à formulação de análises de impacto, aos planos de continuidade, aos planos de recuperação de desastres, aos planos de backup, ao gerenciamento de crises, etc.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito está diretamente ligado à possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo emissor, ou contraparte, de suas respectivas obrigações contratuais nos termos acordados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, dentre outros.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco da contraparte: É a possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações com ativos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos.
- Risco país: É a possibilidade de perdas relacionadas ao não cumprimento de obrigações financeiras por tomadores localizados fora do país, em virtude de ações realizadas pelo governo do país em que reside o mesmo.
- A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.
- A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados, por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Companhia que visa a garantir o cumprimento do determinado na política da Companhia e assegurar que os limites operacionais estabelecidos sejam executados.

A Companhia estabelece sua política de crédito com base no cenário interno, como composição da carteira por título, por emissor, por rating, por atividade econômica e pelo *duration* da carteira. E no cenário externo como taxas de juros, de inflação, entre outros.

A área de análise de crédito também participa ativamente neste processo, sendo responsável pela avaliação do risco de crédito, emissões e emissores com os quais as empresas da XP Energia mantém ou pretendem manter relações creditícias, ou intencionam recomendar posições de risco de crédito a clientes. Cabe à área de análise de crédito também a recomendação de limite das posições de risco de crédito dos clientes.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

As análises realizadas são apresentadas ao Comitê Consultivo de Crédito, que tem como atribuição determinar se os créditos avaliados são elegíveis como risco de contraparte. Com relação aos créditos destinados à distribuição para a base de clientes da Companhia, são determinados também os limites de crédito para cada emissor e emissão estruturada.

A área de risco é subordinada diretamente ao Diretor de Risco, sem qualquer vinculação com a área comercial. A área de análise de crédito também é subordinada ao Diretor de Risco, tendo a isenção necessária para a realização de suas atividades, uma vez que não participa da definição de estratégias de negócios e não realiza as operações de mercado de qualquer natureza.

A Administração realiza análise da qualidade de crédito dos ativos que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito está demonstrado no quadro abaixo:

Posição ativa	2021
Disponibilidades	7.230
Ativos financeiros	
Títulos privados	3.503
Total	10.733

(c) Risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração diferentes prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A Companhia possui política de gerenciamento de risco de liquidez, que visa garantir um nível mínimo de liquidez considerado adequado pela Alta Administração. Essa política prevê ações a serem tomadas em casos de contingência de liquidez, devendo estes ser suficientes para gerar o reenquadramento do caixa dentro dos limites requeridos de liquidez mínima.

A estrutura e o gerenciamento de riscos são de responsabilidade da área de riscos, que está subordinada à Diretoria Executiva, evitando desta forma eventual conflito de interesse com áreas tomadoras de liquidez.

O controle de risco de liquidez é baseado na projeção de caixa e ativos com risco de crédito. A projeção de caixa conta com os recursos livres depositados pelos clientes, enquanto as destinações dos recursos podem ser classificadas quanto a seus prazos de liquidação ou zeragem.

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, preço de ações e taxas de juros, têm nos ganhos da XP Energia, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Companhia e atender à estratégia de negócios e aos limites definidos pelo Comitê de Risco.

Com as regras formalizadas, o Departamento de Risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites preestabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e reportar ao Comitê todos os eventos atípicos.

Além do controle efetuado pela ferramenta, a XP Energia adota diretrizes para o controle do risco dos ativos que balizam as operações da Tesouraria para que as carteiras próprias das empresas participantes sejam compostas de ativos que tenham baixa volatilidade e, conseqüentemente, menor exposição ao risco. No caso de desenquadramento dos limites operacionais, o gestor da Tesouraria deve tomar medidas necessárias para o reenquadramento o mais rápido possível.

i. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da XP Energia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

XP Comercializadora de Energia S.A.
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros com risco de taxa de juros da XP Energia são:

Ativos financeiros	2021
Selic/DI	3.503
(e) Risco operacional	

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos, decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da XP Energia, e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da XP Energia.

O objetivo da XP Energia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação das empresas, além de buscar eficiência de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da XP Energia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- (i) Exigências para segregação de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- (ii) Exigências para reconciliação e monitoramento de operações;
- (iii) Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- (iv) Documentação de controles e procedimentos;
- (v) Exigências para avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- (vi) Desenvolvimento de planos de contingência;
- (vii) Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- (viii) Padrões éticos e comerciais.

14. Outras informações – Impactos Covid-19

A economia do país foi substancialmente afetada por conta da pandemia da Covid-19. O setor elétrico em 2020, por conta das medidas restritivas impostas no combate à disseminação do Covid-19, e impactado pelos efeitos da redução do consumo de energia, precisou avaliar os suprimentos de energia contratados e os riscos de liquidação. Como contribuição ao setor, o Governo Federal – Ministério de Minas e Energia criou a Conta Covid como um meio de ajudar a resolução de problemas financeiro e conjuntural do setor, e promover o alívio das tarifas para os consumidores.

A flexibilização do isolamento social também contribuiu como medida para o aquecimento da economia, e o consumo de energia elétrica. Diante deste cenário, a Administração da empresa tem observado atentamente a movimentação do mercado, operações que envolvam contratos de consumidores finais, operações de curto prazo, e a volatilidade de preços. Não identificamos qualquer impacto relevante nas operações em 2021.

Sendo assim, a Companhia não acredita que terá um efeito material adverso em suas condições financeiras ou de liquidez futura, e se compromete a acompanhar atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como os eventuais impactos operacionais e financeiros resultantes.

DIRETORIA

Bernardo Amaral Botelho	Diretor
Fabício Cunha de Almeida	Diretor
Bruno Constantino Alexandre dos Santos	Diretor

Jairo Luiz de Araújo Brito
 Contador - CRC: RJ-110743/O-4

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: F0BF79242ED040EE883033D0D44B564D

Status: Concluído

Assunto: DocuSign: XPCOMENERGIA21.DEZ.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 21

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Izabelle Buson da Costa de Oliveira

Assinatura guiada: Ativado

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Branca

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, SP 05001-100

izabelle.buson@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.94

Rastreamento de registros

Status: Original

23 de março de 2022 | 10:08

Portador: Izabelle Buson da Costa de Oliveira

izabelle.buson@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

23 de março de 2022 | 16:30

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev

tatiana.fernandes@pwc.com

Sócia

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:



959DEA12458D406...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 54.94.237.112

Registro de hora e data

Enviado: 23 de março de 2022 | 10:09

Reenviado: 23 de março de 2022 | 15:05

Visualizado: 23 de março de 2022 | 16:29

Assinado: 23 de março de 2022 | 16:30

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Izabelle Buson da Costa de Oliveira

izabelle.buson@pwc.com

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Copiado

Enviado: 23 de março de 2022 | 16:30

Visualizado: 23 de março de 2022 | 16:30

Assinado: 23 de março de 2022 | 16:30

Eventos com testemunhas**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	23 de março de 2022 10:09
Entrega certificada	Segurança verificada	23 de março de 2022 16:29
Assinatura concluída	Segurança verificada	23 de março de 2022 16:30
Concluído	Segurança verificada	23 de março de 2022 16:30

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------